COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1999 (Apensos os PLs nºs 821 e 1.381, de 1999)

Modifica os arts. 2º e 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para considerar prioritária a desestatização das instituições financeiras federais, e dá outras providências.

Autor: Deputado Feu Rosa

Relator: Deputado Luiz Carlos Hauly

III - COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Apesar do entendimento esposado, de que a continuação ou não da privatização das empresas do setor hidrelétrico dever ser analisada no seu conjunto e não por empresas específicas, cheguei à conclusão, em face dos debates havidos após a leitura de meu voto, de que procedem os argumentos expostos para que as empresas CHESF e Usina Hidrelétrica de Tucuruí sejam expressamente excluídas do Programa Nacional de Desestatização - PND, ainda mais diante da crise energética que o País atravessa e do recente episódio da privatização, que está em curso, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, contra a qual me manifestei publicamente.

No entanto, analisando o Substitutivo adotado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, verifiquei que da redação dada ao art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, foi indevidamente excluída a menção ao art. 177 da Constituição Federal. Visando corrigir tal equívoco, ofereço emenda ao Substitutivo adotado pela CEIC, modificando a redação dada ao dispositivo.

Nessas condições, o Voto é pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 373, de 1999; dos Projetos de Lei nºs 821 e 1.381, de 1999, a ele apensos, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio; no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 373, de 1999, principal, e pela aprovação dos Projetos de Lei nº 821 e 1.381, ambos de 1999, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, com a subemenda anexa.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 2001.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1999 (Apensos os PLs nºs 821 e 1.381, de 1999)

Modifica os arts. 2º e 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para considerar prioritária a desestatização das instituições financeiras federais, e dá outras providências.

SUBEMENDA

Dê-se ao art. 2º do Substitutivo adotado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei ao Banco do Brasil S. A., à Caixa Econômica Federal, à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), à Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21 e a alínea "c" do inciso I do art. 159 e o art. 177 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações." (NR)

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 2001

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
Relator